

PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS



WGRA

SUMÁRIO

1. Objetivo	2
2. Propósito	2
3. Responsabilidades	3
4. Metodologia e Conteúdo	4
4.1. Estrutura de Continuidade de Negócios	4
4.1.1. Diretrizes Corporativas	5
4.1.2. Análise de Impacto nos Negócios (BIA)	6
4.1.3. Avaliação de Riscos (RA)	6
4.1.4. Avaliação de Terceiros (AT).....	9
4.1.5. Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA).....	10
4.1.6. Plano de Continuidade de Negócios (PCN).....	10
4.1.7. Treinamento e Conscientização	12
4.1.8. Gestão de Continuidade de Negócios	13
4.1.9. Testes de Validação	14
4.1.10. Avaliação Independente.....	14
5. Revisão	15
6. Melhoria Contínua.....	16
7. Considerações Finais.....	16

1. Objetivo

Exercitar a manutenção da segurança, promover a confiança e respeito são uns dos principais valores e princípios do GRUPO WGRA.

Diante desse compromisso, o GRUPO WGRA estabelece a presente Política Corporativa de Continuidade de Negócios (PCN) para garantir sua sustentabilidade empresarial, mesmo em situações adversas, visando a proteção de sua imagem e consolidação de sua solidez.

Tendo como premissa os princípios, conceitos e diretrizes estabelecidos nesta política corporativa, o GRUPO WGRA fortalece sua estrutura de gerenciamento de riscos e também sua governança corporativa de continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus parceiros, colaboradores e acionistas diante de possibilidades e adventos inesperados e em busca de prevenção em nível adequado de estabilidade organizacional, nos momentos posteriores a eventuais interrupções, bem como durante a recuperação e busca do reequilíbrio operacional dos seus serviços e negócios.

O PCN é composto por um conjunto de procedimentos, destinado a manter a continuidade dos processos e serviços vitais do Grupo, considerando-se a ausência de componentes que os suportem, devido a ocorrência de eventos previamente identificados e definidos. Através deste os gestores do processo saberão como agir na falta ou falha de algum componente que o suporte, garantindo a continuidade do processo reduzindo o impacto no negócio, reduzindo o tempo resposta, frente à indisponibilidade de componentes que suportam os principais processos e redução de custos financeiros derivados da parada dos processos.

2. Propósito

Definir e apresentar de forma objetiva, todo conjunto de princípios aplicáveis ao GRUPO WGRA, com abrangência para todas suas operações, ações e parcerias.

A WGRA atuante no Gerenciamento de Riscos Ambientais presta serviços implantando estudos, análises e estratégias de gestão de riscos, que estão ao entorno de seus clientes.

Especializada em Atendimentos e Primeiras Respostas Emergenciais, serviços voltados a plantas industriais, transporte multimodal de produtos perigosos, emergências químicas e identificação dos impactos ambientais, a WGRA exerce soluções com foco e aptidão em todos esses campos de atuação.

A organização visa o crescimento das indústrias e do avanço tecnológico, proporcionando assim a introdução de novos produtos químicos e de ameaça ao meio ambiente, tendendo assim criar e aperfeiçoar o serviço de gerenciamento de crise ambiental.

A WGRA oferece seus serviços dedicados ao desenvolvimento socioambiental e sustentável, valorizando a necessidade de prevenção, atendimento e recuperação ambiental.

O grande desafio da WGRA é a capacidade continuada de ultrapassar fronteiras, estimulada pela atitude aberta, ágil, criativa e competente dos seus gestores e colaboradores em relação às estratégias de mercado, numa busca permanente de inovação, permitindo criar novas e “melhores práticas”, compartilhando aprendizagens nas mais diversas áreas.

3. Responsabilidades

É direcionada ao Comitê responsável pelo Plano de Continuidade de Negócios (PCN), em conjunto com as três colunas de Gestão descritas abaixo, com a missão de supervisionar as políticas, estratégias e processos corporativos de continuidade de negócios e também gestão de crises, zelando por sua qualidade e efetividade.

Comitê responsável pelo Plano de Continuidade de Negócio

Carlos Suppi Zanini – Diretor Executivo
Jose Lucio da Silva – Direto Operacional
Ricardo Aramis Taborda – Sócio
Rodrigo José Taborda – Sócio

Comitê responsável pela Atuação Responsável

Ana Carolina da Silva Caetano – Gestora do RH
Alexandre Palma – Encarregado de Treinamentos
Victor Gerber – Gestor da Qualidade e Gestor da Área Técnica

Comitê Responsável pelo Compliance

Andrea Medina Gonçalves Cruz – Coordenadora Técnica

Leandro da Silva Silveira – Gestor Comercial

Maria Leilane Oliveira dos Santos – Gestora Financeira e TI

Comitê responsável pelo Planejamento Estratégico

Carlos Suppi Zanini – Diretor Executivo

Jose Lucio da Silva – Direto Operacional

Luiz Carlos Garcia – Gerente de Operações

As atribuições e responsabilidades para coordenação e execução da estrutura do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), consideram e vinculam diretamente as respectivas normativas, objetos formulados e geridos pelos respectivos comitês, estruturados em cada um dos planos, através de suas categorias e normativas denominada e referenciadas como negócios do GRUPO WGRA.

4. Metodologia e Conteúdo

É um processo abrangente a Continuidade de Negócios, identificando ameaças potenciais inerentes aos negócios do GRUPO WGRA e aos possíveis impactos nas operações provenientes de tais ameaças. Fornece uma estrutura para que se desenvolva um nível de resiliência organizacional que seja capaz de responder efetivamente e proteger os interesses das partes envolvidas, reputação, marca da organização e suas atividades.

A Continuidade de Negócios contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção, e gestão de todo o Programa de Continuidade de Negócios por meio de treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacionalmente viável em todas suas fases.

4.1. Estrutura de Continuidade de Negócios

O GRUPO WGRA com o objetivo de dar continuidade ao processo de melhor adequação aos requisitos do negócio, a empresa verifica a necessidade de

estruturação de um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) com base em conceitos teóricos, melhores práticas e controle.

4.1.1. Diretrizes Corporativas

Contempla políticas, normas, procedimentos, papéis e responsabilidades visando a implementação de uma gestão de continuidade de negócios efetiva na organização, assegurando uma maior resiliência ante situações adversas.

A responsabilidade pela ativação do PCN, do ponto de vista das boas práticas de governança corporativa, deve estar situada no mais alto nível de decisão da entidade.

Todos os colaboradores devem observar as práticas de segurança que possam contribuir no processo de gestão eficaz de continuidade de negócios.

As áreas envolvidas nos processos críticos identificados no PCN são responsáveis pela manutenção, atualização e validação do respectivo plano, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos.

Grupos Funcionais:

a) Grupos Estratégicos – Grupo Executivo: Diretoria Executiva, na ocorrência de contingências significativas ou cenários em que seja necessária tomada de decisões estratégicas para a organização ou segmento de negócios. Grupo de Comunicação/Apoio ao Executivo: é formado por colaboradores que subsidiam o processo de decisão associado aos negócios da empresa. É responsável por efetuar contatos com entidades externas, grupos participantes e fornecedores, além de garantir a disseminação adequada da informação para as áreas internas.

b) Grupo Tático – Grupo de administração de crises: colaboradores que tenham atribuição de supervisionar as atividades operacional, assegurando os recursos necessários para a operação do PCN, além de gerir os cenários de contingência e apoio ao processo de decisão do Grupo Executivo.

c) Grupo Operacional – Demais colaboradores com atribuições operacionais definidas no PCN, voltadas para o apoio administrativo e à infraestrutura física e de tecnologia, alimentação, transporte, acesso às instalações, TI, etc.

4.1.2. Análise de Impacto nos Negócios (BIA)

Business Impact Analysis (BIA) tem por objetivo revelar a vulnerabilidade e subsidiar o desenvolvimento de estratégias para minimizar os riscos. O resultado é um relatório de análise de impacto, que descreve os riscos potenciais específicos para a empresa no caso de uma interrupção de negócio.

Este tem por finalidade apresentar todos os prováveis impactos de forma Qualitativa e Quantitativamente dos principais processos de negócios mapeados e entendidos na organização, no caso de interrupção dos mesmos

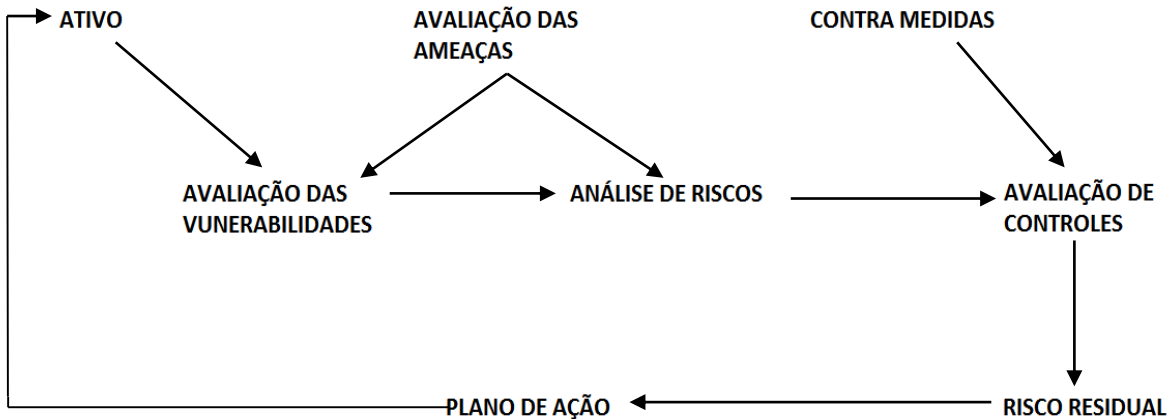
Um dos pressupostos básicos é que existe a dependência entre os processos da organização e que alguns são mais cruciais que outros. Desta forma a manutenção desses processos será prioritária durante uma situação de contingência.

4.1.3. Avaliação de Riscos (RA)

Identifica e mensura riscos, e recomenda planos de ação para minimizar os riscos de interrupção de processos nas unidades de negócio do GRUPO WGRA, podendo utilizar o BIA (Análise de Impacto nos Negócios) para priorização de processos críticos da organização.

A norma sobre Gestão e Controle de Riscos estabelece os fundamentos associados à estrutura, ao processo de gestão e controle de riscos, observando as melhores práticas, normas e regulamentações.

Para este plano, as ameaças de maior relevância são aquelas que oferecem riscos de continuidade aos processos considerados críticos à empresa.



O risco de um processo é avaliado de acordo com a probabilidade de falha e o impacto proporcionado através da indisponibilidade (parcial ou total) do mesmo. A probabilidade de falha é definida pelo número de vulnerabilidades exploradas pelas ameaças ao qual o processo está submetido. As medidas de controle agem sempre minimizando o número de vulnerabilidades e nunca ameaças.

Foi considerada a seguinte grade de classificação para estimar a probabilidade e o risco potencial:

PROBABILIDADE
Muito Baixa (0,01 a 10%)
Baixa (11-35%)
Média (36 a 50%)
Alta (51-80%)
Muito Alta (81-100%)

SEVERIDADE DO RISCO						
IMPACTO		INSIGNIFICANTE	BAIXO	MÉDIO	GRAVE	GRAVISSIMO
PROBABILIDADE	MUITO ALTA	Tolerável	Tolerável	Intolerável	Intolerável	Intolerável
	ALTA	Tolerável	Tolerável	Tolerável	Intolerável	Intolerável
	MÉDIA	Aceitável	Tolerável	Tolerável	Tolerável	Intolerável
	BAIXA	Aceitável	Aceitável	Tolerável	Tolerável	Tolerável
	MUITO BAIXA	Aceitável	Aceitável	Aceitável	Aceitável	Aceitável

Intolerável: Condições que implique em cessar as operações até que o risco se reduza ao nível tolerável.

Tolerável: A organização está preparada para suportar o risco e consegue realizar suas atividades, mas com dificuldades.

Aceitável: A empresa consegue trabalhar sem o recurso ou consegue com facilidade contornar a ausência do recurso com uma alternativa.

IMPACTO	
Insignificante	Sem danos, ou danos insignificantes aos equipamentos, colaboradores, instalações
Baixo	Danos leves aos equipamentos, colaboradores, instalações. Os danos são controláveis e de baixo custo de reparo
Médio	Equipamentos/serviços parcialmente comprometidos. Acessos limitados, custos variáveis.
Grave	Destruição de equipamento, instalações inacessíveis, alto custo para reparo.
Gravíssimo	Falência (prejuízos irrecuperáveis). Destruição de equipamentos, instalações e mortes múltiplas.

Sendo assim, foi feito um levantamento das possíveis riscos que possam ocorrer no GRUPO WGRA, bem como um estudo da probabilidade, da severidade do risco, do impacto, as consequências e os meios de mitigação, no entanto, por motivos estratégicos, estas informações não serão divulgadas.

4.1.4. Avaliação de Terceiros (AT)

Avaliação da capacidade mínima esperada que os terceiros devam possuir para enfrentar situações de interrupção e que permita não apenas retomar a entrega dos produtos e serviços em tempo hábil, mas principalmente mitigar ameaças inerentes ao tipo de serviço prestado ao GRUPO WGRA.

Para isso será implantado os três passos a seguir:

1º) O Diretor executivo têm que estar formalmente ciente e dar seu parecer quanto à aprovação para inclusão ou manutenção do terceiro / parceiro, em função do risco envolvido e também da necessidade da empresa.

2º) Um conhecimento aprofundado da empresa com a qual se irá estabelecer a relação de parceria é imprescindível. Não apenas na superficialidade, mas entendendo as restrições que contra ela pesam, as suas recentes atividades e expertises no mercado interno e externo, qualificação de executivos, etc., para de fato poder mapear os riscos decorrentes da parceria, formalizar os comportamentos esperados, bem como avaliar os controles anticorrupção existentes para vigorar durante a parceria e monitorar, que será apresentado a seguir.

3º) Monitorar. Em caso de decisão positiva pela contratação, deve-se tratar esse parceiro com especial atenção - com diligência redobrada, monitorando constantemente suas ações e riscos para o negócio, além de manter controles diferenciados. Esta estratégia, aliás, não é novidade para as instituições financeiras. O Banco Central recomenda na Circular 3.461/09 (procedimentos de combate à lavagem de dinheiro e outros crimes) para as instituições financeiras, ações de atenção redobrada, quando estão recepcionando um cliente, cujos riscos reputacionais sejam elevados. Os próprios supervisores do Banco Central cobram das instituições financeiras as evidências dos procedimentos especiais que estão adotando. É o que farão as autoridades reguladoras, como a CGU - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, para os casos de investigações federais dos casos de corrupção.

Por isso, guardar as evidências das análises, decisões, controles e monitoramento são essenciais, inclusive para demonstrar às autoridades de que não se tratam de ações estanques, quando da contratação do terceiro, mas de avaliações continuadas.

4.1.5. Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA)

Este processo tem foco na identificação das ameaças inerentes às localidades e às instalações utilizadas pelo GRUPO WGRA, e que possam inviabilizar o acesso a realização das operações, danos aos ativos ou riscos às vidas dos colaboradores lotados naquele local. A eficácia dos controles é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

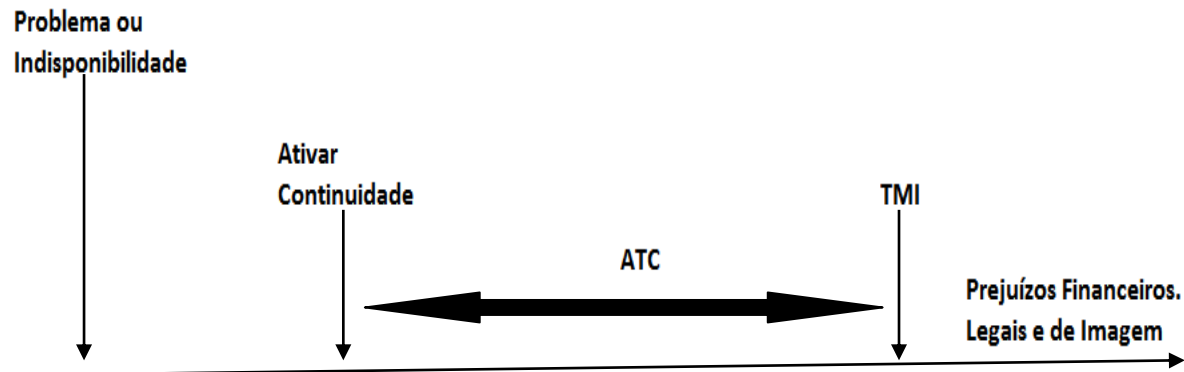
Avaliação de Vulnerabilidade é definida como o processo de encontrar e verificar vulnerabilidades em um ambiente. Após identificarmos e avaliarmos os riscos, é ela quem vai produzir uma imagem do estado atual de exposição do ambiente a estes riscos, para que estes possam ser tratados. Trata-se de um processo contínuo de identificação, remediação e reporte dos resultados para que medidas possam ser tomadas, reiniciando o processo como um todo.

É esta análise que vai, efetivamente, mapear os programas e serviços que possam conter falhas e vulnerabilidades, reportando esses resultados através de um relatório. Assim podemos tratar e mitigar as falhas encontradas, garantindo maior segurança ao ambiente e estabelecendo uma nova Linha de Base para futuras análises.

4.1.6. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

Conjunto de procedimentos documentados, contendo informações desenvolvida, consolidadas e mantidas de forma que estejam disponíveis para utilização em eventuais interrupções, possibilitando a retomada de atividades básicas do GRUPO WGRA em prazos e condições aceitáveis. O acionamento adequado desses planos preserva a integridade de pessoas, bens, sistemas, informações e, conseqüentemente, a imagem do GRUPO WGRA.

O planejamento da continuidade é baseado na estimativa do tempo máximo que cada recurso poderá ficar indisponível, parcialmente ou totalmente, conforme tabela do TMI (Tempo máximo de indisponibilidade, sem causar prejuízos (financeiros, legais ou de imagem), sendo o tempo necessário para ativar a contingência calculada a partir do momento de ativação do plano de continuidade.



***ATC: Tempo necessário para ativar contingência**

O planejamento de continuidade requer que as pessoas responsáveis pela tomada de decisões na empresa tenham em mãos todos os dados sobre a ocorrência que comprometeu os processos, a extensão dos impactos causados, a duração estimada do evento considerando o pior caso possível e um parecer sobre a situação dos recursos originais comprometidos.

Uma vez que os processos de inicialização da continuidade formam completados e os riscos para os negócios estejam controlados e monitorados, é necessário começar as ações para minimizar os efeitos da emergência e recomeçar os processos de negócio.

Esse planejamento estabelece as estratégias principais a serem adotadas para recuperar totalmente ou parcialmente cada grupo de recursos da empresa. As premissas estabelecidas no início desse plano são fatores fundamentais para que o mesmo seja efetivo em uma situação de emergência.

O foco do planejamento será sobre a recuperação das atividades e processos que são chaves ou críticos para a continuidade dos negócios.

No caso de ausência temporária de um dos responsáveis das áreas de Riscos, Compliance, Atuação Responsável e Planejamento Estratégico, as atividades passarão à responsabilidade dos seus colaboradores diretos, em linha vertical. No caso de ausência superior ao período de mês, haverá substituição por outro diretor,

desde que não haja conflito no acúmulo de funções e a devida certificação, ou pela contratação de profissional ou empresa no mercado.

4.1.7. Treinamento e Conscientização

Ações que visam assegurar que os colaboradores estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, assim como preparados para atuar em eventuais interrupções.

O Treinamento será gerenciado pelos gestores do Plano de Continuidade de Negócios, que são responsáveis pela definição do escopo do treinamento, assim como a definição das pessoas envolvidas das respectivas áreas participantes dos testes. O treinamento será realizado a qualquer momento de acordo com a definição do gestor.

A emenda do curso deve abordar as práticas do ciclo de vida da GCN, contudo, é importante destacar a necessidade de uma maior atenção quanto ao escopo do projeto que será realizado a fim de elucidar as dúvidas as quais poderão surgir ao longo do projeto.

O curso deve ser ministrado seguindo as 10 (dez) práticas elencadas abaixo:

1. Início de programa e gerenciamento;
2. Avaliação de risco e controle;
3. Análise de Impacto de Negócio (BIA);
4. Estratégias de continuidade de negócio;
5. Preparação e resposta a emergência;
6. Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
7. Programas de conscientização e treinamento;
8. Exercício, auditoria e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio;
9. Comunicação em crises e
10. Coordenação das bases externas.

O tema continuidade de negócio deve estender a todos os empregados da organização, desta forma deverá ser considerado no programa de GCN a educação e conscientização dos empregados, terceirizados e fornecedores, visto que eles são

os principais ativos a se proteger. O envolvimento dos empregados irá fazer com que eles identifiquem qual o seu papel dentro da GCN. Alguns estarão envolvidos dentro de um plano de continuidade e outros não farão parte dos planos, mas deverão minimamente saber para onde ir caso aconteça um evento que demande a evacuação do prédio.

Para a norma (ABNT NBR ISO/IEC 22.301:2013, p. 15), a conscientização das pessoas (empregados) é um fator importante, para que elas conheçam as políticas de continuidade da empresa, contribuam para a eficácia da continuidade de negócio, entendam as implicações de não conformidade com os requisitos, e também conheçam o seu papel durante um incidente que cause uma interrupção.

Será necessário a elaboração de uma palestra, ministrada por profissional capacitado, envolvendo todos os empregados da empresa, a fim de educar e conscientizar sobre o tema, além disso, elaboração de um projeto anual de educação e conscientização em segurança da informação, englobando as matérias de GCN.

4.1.8. Gestão de Continuidade de Negócios

Identificação e avaliação de eventuais ameaças e situações de crise, coordena a comunicação interna e externa, centraliza a forma de agir por meio de procedimentos e métodos, de identificação e classificação de eventos com impactos negativos para cada um dos serviços e negócios, conforme descritos na Política de Gestão de Crise. A partir de tal classificação, definem grupos de ação, planos de resposta e resolução a serem tomadas pelo Comitê responsável pelo Plano de Continuidade de Negócio (PCN).

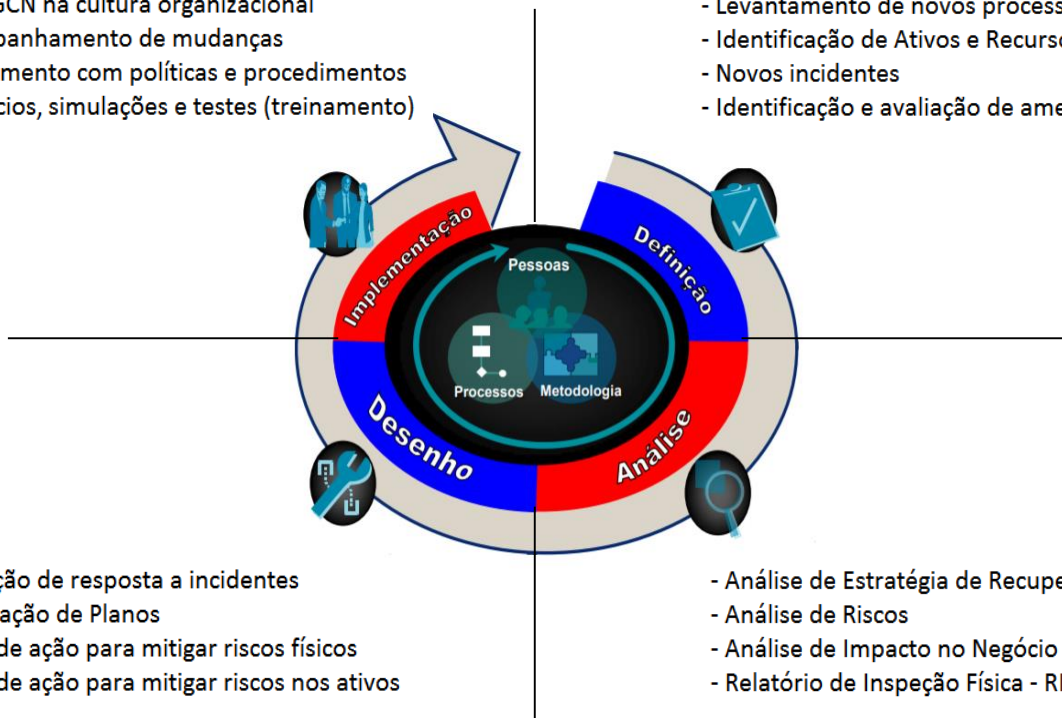
A Gestão de Continuidade de Negócios estabelece uma estrutura estratégica e operacional adequada para:

- Melhorar pro ativamente a resiliência da organização, mitigando os riscos de interrupções e diminuindo o tempo de resposta a possíveis incidentes;
- Recuperar a operacionalização por meio de um método sistemático para retorno em um tempo aceitável dos serviços críticos após um incidente; e
- Obter capacidade de gerenciar uma interrupção no negócio de forma a evitar impactos para o mercado, protegendo a reputação da organização.

O Ciclo de vida da Gestão de Continuidade de Negócios é:

- Fixar GCN na cultura organizacional
- Acompanhamento de mudanças
- Alinhamento com políticas e procedimentos
- Exercícios, simulações e testes (treinamento)

- Levantamento de novos processos
- Identificação de Ativos e Recursos
- Novos incidentes
- Identificação e avaliação de ameaças



- Definição de resposta a incidentes
- Elaboração de Planos
- Plano de ação para mitigar riscos físicos
- Plano de ação para mitigar riscos nos ativos

- Análise de Estratégia de Recuperação
- Análise de Riscos
- Análise de Impacto no Negócio - BIA
- Relatório de Inspeção Física - RIF

4.1.9. Testes de Validação

O GRUPO WGRA tem como meta realizar, periodicamente, testes para avaliar a efetividade e a funcionalidade de seus Planos Atuação Responsável (AR), Planejamento Estratégico (PE), Compliance e Plano de Continuidade de Negócios (PCN). A natureza, o escopo e a frequência dos testes serão determinados de acordo com a criticidade dos assuntos previstos e com as definições do Comitê Gestor do respectivo Plano.

Os resultados dos testes serão registrados em planilhas e periodicamente avaliados por todos os comitês, permitindo o aprimoramento contínuo dos procedimentos e gerenciamento de riscos.

4.1.10. Avaliação Independente

Para assegurar efetividade e confiança nos resultados, esta política será periodicamente avaliada por auditoria interna e sempre que possível por especialistas de auditoria externa.

A auditoria é uma atividade devidamente estruturada para examinar criteriosamente a situação dos controles que se aplicam a toda operação, especialmente por meio da análise de objetos e seus pontos de controle, em face da probabilidade de ameaças críticas sobre as quais atuam esses controles.

É importante para atestar que os controles de segurança em prática são eficientes e eficazes e assim minimizar exposições da organização a riscos que podem provocar danos, se concretizados. A introdução de controles evita: a) manter registros de informação que estão errados; b) contabilizar informações que não são aceitáveis; c) interromper o negócio; d) decidir erroneamente sobre gerenciamento; e dentre outras razões e) evitar fraudes.

Posteriormente deverá ser elaborado Os OA - Objetos de Auditoria ou OC - Objetivos de Controle, bem como seus respectivos pontos de controle, estão elencados, de forma genérica, no Plano de Auditoria e dependem do tipo de auditoria a ser realizada.

A função da avaliação Independente é verificar, validar e avaliar as evidências obtidas. Muitas delas, que parecem desconectadas em um momento, devem começar a fazer sentido de acordo com os achados ou fatos constatados. Pode-se iterar e voltar a coletar e registrar novas evidências, conforme se mostrem insuficientemente conclusivos os dados coletados. Isto ocorre, sobretudo, quando não se tem experiência com o tipo de auditoria e os objetos de controle auditados. A conexão lógica entre evidências, achados e fatos pode ser estabelecida na roteirização detalhada, mas não deve ser considerada como única fonte de achados. A roteirização serve como instrumento para guiar o julgamento do auditor. Os papéis de trabalho organizados permitem a recuperação de informação.

5. Revisão

Deve ocorrer em intervalos planejados, ou após qualquer alteração significativa nos processos.

Essas alterações podem decorrer de atualizações, migrações, implantação de novos produtos, novas demandas, entre outras modificações detectadas pelos comitês para que o impacto apurado esteja condizente com a realidade dos negócios desenvolvidos pelo GRUPO WGRA.

Envolve todas as atividades necessárias para garantir que todos os processos de negócios críticos dos clientes sejam contemplados numa solução de continuidade, a fim de buscar o menor custo operacional possível.

Para garantir a melhoria contínua esse plano será avaliado semestralmente pela Comissão do PCN. Quando necessário será realizado suas alterações e/ou substituições.

6. Melhoria Contínua

Buscando aprimoramento da qualidade e efetividade das estratégias, planos e processos estabelecidos para a continuidade de seus negócios, o GRUPO WGRA investirá permanentemente para fomentar soluções em prevenção, desenvolver planejamentos, aparelhamento tecnológico e pronta resposta capacitada para situações indesejáveis com produtos perigosos e poluentes, em novas metodologias e na capacitação de seus colaboradores, visando atingir padrões cada vez mais elevados para a sustentabilidade de seus negócios.

7. Considerações Finais

Este Plano de Continuidade de Negócio foi concebido a partir da concretização, implantação, discussão e evolução do Plano de Atuação Responsável, Planejamento Estratégico e no aprimoramento do Compliance.

Tendo estes trabalhos como colunas centrais, concretiza-se e assegura-se a estruturação do Plano de Continuidade de Negócio do GRUPO WGRA que alcança a sustentação, comprometimento de toda comunidade que gravita à sua margem e limite.

Carlos Suppi Zanini | Diretor Executivo

Telefones: (19) 3408.8877 / 98353.8687

E-mail: zanini@wgra.com.br

Site: www.wgra.com.br